

Bresser diz que Ulysses apóia forma como dívida vem sendo negociada

por Jurema Baesse
de Brasília

O presidente do PMDB e da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, admitiu, pela primeira vez, ao deixar a residência do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, na manhã de ontem, que o Brasil realmente suspendeu a moratória de sua dívida externa, decretada pelo presidente José Sarney em fevereiro deste ano. Ulysses salientou, entretanto, que a moratória poderá ser retomada caso as negociações com os bancos privados não evoluam de acordo com os interesses do País.

Da reunião de Ulysses com Bresser Pereira participaram também o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, o assessor especial Fernão Bracher, o líder do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, e o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas.

Ao sair da reunião, Ulysses Guimarães concedeu rápida entrevista, durante a qual evitou usar a palavra apoio. "O PMDB entende que a explicação dada pelo ministro quanto a dois pontos fundamentais — a suspensão da moratória até que as negociações se procedam e a desvinculação do FMI — está parecendo razoável", disse Ulysses ao ser indagado pelos jornalistas.

Segundo Ulysses, "o encontro foi muito proveitoso, pois durante duas horas a relação com o FMI foi exaustivamente discutida". Ficou claro, segundo ele, que os entendimentos com o Fundo estão desvinculados das negociações com os 740 bancos privados credores, uma vez que o acordo com o FMI será posterior ao dos bancos. "A ida eventual ao FMI não poderá influenciar as negociações com os banqueiros privados", disse.

O ministro da Fazenda, por sua vez, reforçou a explicação de Ulysses. "O Brasil só irá concordar em fazer um acordo com o Fundo se os desembolsos dos bancos privados estiverem desvinculados de eventual 'atingimento' de

metas com o FMI", disse o ministro.

Bresser Pereira considerou o acordo preliminar "uma grande vitória do País e garantiu que a moratória foi suspensa por três meses e poderá ser retomada.

"A partir de janeiro, caso não tenhamos uma negociação final com os bancos, e caso não tenhamos definido uma forma de financiamento dos juros, o Brasil voltará com a moratória", afirmou. Segundo o ministro da Fazenda, é importante um acordo do Brasil com o Fundo para que haja a integração do País na comunidade financeira internacional.

Com relação ao encontro com os parlamentares, o ministro afirmou acreditar que os líderes o apoiaram. "Eu creio que os parlamentares apoiaram a negociação, eles compreenderam o sentido dessa vitória", disse Bresser Pereira, acrescentando: "Estamos todos no mesmo partido, os objetivos fundamentais na negociação estão sendo alcançados, temos a garantia do crescimento do País e a garantia de que a política econômica vai ser formulada por nós mesmos, de acordo com nossas possibilidades e nossos interesses e sem prejuízo para o povo brasileiro".

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, esclareceu, ontem, por que o comunicado relativo ao entendimento com os credores divulgado no Brasil foi diferente daquele anunciado no exterior. "Existem coisas que é melhor deixar naquela base do quem cala consente", disse.

Segundo ele, "a grande vitória do nosso acordo foi a desvinculação com o FMI, que foi aceita pelos bancos. Mas, se eles preferiram não colocar no telex deles esta informação, é porque não querem declarar formalmente que estão concordando com isso".

No entender do ministro, essa desvinculação está muito clara e é fundamental para o País. "O acordo firmado", destacou, "faz com que o Fundo Monetário Internacional não tenha o poder de nos obrigar a seguir às idéias que não são as nossas."